



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SEVERA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: características da população segundo os Censos 2000 e 2010

Leonildo Pereira de Souza¹
Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra²

Resumo: O objetivo do artigo consiste em realizar uma comparação do perfil sociodemográfico das pessoas com deficiência severa (auditiva, visual, mental, motora ou múltipla) a partir da sistematização dos dados disponibilizados pelos Censos de 2000 e 2010, com um recorte específico nos estados da Região Sul do Brasil (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). No estudo, observa-se a distribuição de atributos como sexo, idade, situação do domicílio, escolaridade, entre outros. A abordagem é descritiva, procurando-se destacar os elementos cujas mudanças e/ou tendências de transformação foram verificadas no período.

Palavras-chave: Deficiência severa. População. Paraná. Rio Grande do Sul. Santa Catarina.

Abstract: The objective of the paper is to conduct a comparison of the demographic profile of people with severe disabilities (auditory, visual, mental, motor or multiple) from the systematization of the data provided by the Census of 2000 and 2010, with a specific focus on the southern states of Brazil (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). In the study, we observe the distribution of attributes such as gender, age, household status, schooling, among others. The approach is descriptive, seeking to highlight the elements whose changes and/or processing trends were observed in the period.

¹Bacharel. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). leosouza@ipardes.pr.gov.br

² Mestre. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).



Keywords: Severe disabilities. Population. Paraná. Rio Grande do Sul. Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

Dando continuidade ao calendário de divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou, no dia 29 de junho de 2012, a publicação *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência* (IBGE, 2012a). Com isso, tem-se pela primeira vez a possibilidade de realizar uma comparação, consistente e abrangente, entre dois Censos, de dados relativos às pessoas com deficiência, segundo o grau de severidade³, uma vez que é importante e necessário conhecer as características dessa população e, a partir disto, obter condições, tanto para analistas quanto formuladores de políticas públicas, de contribuir e desenvolver estratégias para a consolidação desse processo de avanço da cidadania das pessoas com deficiência em nossa sociedade. Em um primeiro esforço para aquisição desse conhecimento, o presente estudo se propõe explorar alguns aspectos da grande variedade de dados disponibilizados pelos Censos de 2000 e 2010, a partir da sistematização e, sobretudo, da comparação entre os períodos, com um recorte específico nos estados da Região Sul do Brasil – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Nesse estudo, para os três estados da Região Sul foram trabalhados dados contidos nos arquivos de microdados dos respectivos Censos. Atentou-se, para fins de análise, à classificação de deficiência severa, conforme destacado e pelos motivos apontados pelo IBGE, em relação a 2010:

a investigação dos graus de severidade de cada deficiência permitiu conhecer a parcela da população com deficiência severa, que se constitui no principal alvo das políticas públicas voltadas para a população com deficiência. São consideradas com deficiência severa as pessoas que declararam as opções de resposta 'sim, grande dificuldade' ou 'sim, não consegue de modo algum' para as deficiências visual, auditiva e motora ou declararam ter deficiência mental (IBGE, 2012b, p.57).

2 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DEFICIENTE

³ Anteriormente, os Censos de 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940 traziam levantamentos apenas sobre deficiência sensorial, cuja terminologia original referia-se a “cegos” e “surdos-mudos” (NERI, 2003; IBGE, 2012b). No Censo de 1991 foi incluída a questão “deficiência física ou mental”, com as seguintes possibilidades de resposta: cegueira; surdez; paralisia de um dos lados; paralisia das pernas; paralisia total; falta de membro(s) ou parte dele(s); deficiência mental; mais de uma; nenhuma das enumeradas (IBGE, 1996). Os Censos de 2000 e de 2010, que reservaram módulo específico a essa temática, permitiram uma tipologia das deficiências segundo categorias de “incapacidade total”, “grande dificuldade”, “alguma dificuldade”, “nenhuma dificuldade”.



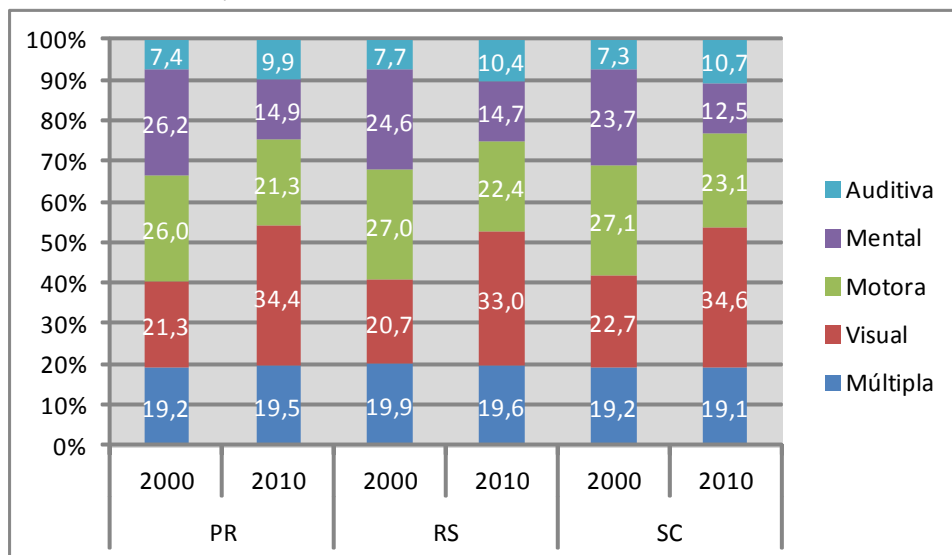
De acordo com os resultados obtidos nos Censos, o primeiro dado que se faz notar é o expressivo crescimento, entre 2000 e 2010, uniforme nos três estados observados, da participação dessa parcela na população total – naturalmente não apenas em números absolutos, mas também em termos relativos. Em média, houve, no período, crescimento da participação na ordem de 44,8%. Rio Grande do Sul obteve o maior aporte e Santa Catarina o menor, o que demonstra um incremento representativo dessa característica na população geral. Embora não no mesmo nível, este dado acompanha o crescimento da população com deficiência no País (independente do grau de severidade), que se elevou de 14,5%, em 2000, para 23,9% em 2010, apontando um crescimento de 65%. Destaca-se que não houve mudanças significativas no formato dos quesitos censitários nesse bloco temático e na captação das respostas. Isto talvez indique, por um lado, um maior autorreconhecimento por parte das pessoas com relação à sua deficiência. Por outro, há que se considerar também a variável do envelhecimento da população, pois esta parece exercer alguma influência sobre esse crescimento, como se verá na sequência.

Outra constatação, relacionada a diferenciais por sexo, refere-se à tendência de maior prevalência nas mulheres. Em 2000, apenas no Rio Grande do Sul havia mais mulheres do que homens com deficiência severa (51,3%). Já em 2010, nos três estados da Região Sul há predominância das mulheres, tendo o Rio Grande do Sul ampliado a presença feminina. Nesse aspecto, aplicando-se a razão de sexo⁵, verifica-se que, de 2000 para 2010, o Paraná saiu de um resultado de 107 homens deficientes para cada 100 mulheres na mesma condição para um índice de 86 homens para 100 mulheres; para o Rio Grande do Sul, a razão de sexo das pessoas com deficiência severa caiu de 95 para 78; e, para Santa Catarina, os indicadores passaram de 104 para 84.

Procurando-se, ainda, apreender o perfil específico das pessoas com deficiência severa e focando-se nas categorias de deficiência, pode-se verificar muitas alterações na sua distribuição no período observado. Em 2000, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentavam o maior contingente, entre essa parcela da população, de pessoas com deficiência motora, seguido pelo contingente de pessoas com deficiência mental (gráfico 1). As demais deficiências, em todos os estados, figuravam na seguinte sequência decrescente: visual, múltipla e, por fim, auditiva.



Gráfico 1 - Distribuição das deficiências severas segundo categoria - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - 2000 e 2010



FONTE: IBGE - Microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Em 2010, esse cenário se altera formando um novo padrão presente em toda a Região Sul. A deficiência visual severa mostra um grande crescimento, tornando-se a primeira categoria em todos os estados, sendo seguida pela deficiência motora e pela múltipla. A deficiência mental cai para a quarta categoria de prevalência, e a auditiva se mantém como a menor delas.

Entretanto, apesar de ter se mantido na última posição das categorias, a deficiência auditiva apresentou aumento em todos os estados – em média, 2,9 pontos percentuais. Crescimento bem mais acelerado mostrou a deficiência visual severa, com média de 12,4 pontos percentuais a mais do que em 2000. Razão pela qual se tornou a primeira categoria no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 2010, quando dez anos antes era a terceira registrada.

Já as deficiências múltiplas mantiveram-se estáveis em termos de percentuais de distribuição, próximos a 20%. Mesmo assim, subiram uma posição, para terceiro lugar, ficando no nível intermediário entre as deficiências severas. Assim, percebe-se, por contraste, que em média 80% das pessoas com deficiência severa possuem uma ou outra das categorias.

De modo diferente, a deficiência motora, mesmo diminuindo em média 4,4 pontos percentuais entre 2000 e 2010, manteve-se ainda como a segunda maior categoria de



deficiência severa. Por outro lado, mais interessante foi a queda da deficiência mental, que, na média dos três estados considerados, perdeu 10,8 pontos percentuais. Essa diminuição não apenas se refletiu na participação relativa entre as deficiências, tornando-se a quarta categoria de prevalência, como também nos números absolutos. Foi essa a única que apresentou número menor de pessoas em 2010 do que em 2000, fenômeno observado nos três estados aqui em destaque. Pois, respectivamente no penúltimo e no último censo, eram no Paraná 110.542 e 99.046 pessoas; no Rio Grande do Sul 118.291 e 111.160, e em Santa Catarina 58.108 e 48.639 pessoas.

Uma forma interessante de análise da prevalência das categorias de deficiência severa, aqui em estudo, consiste na aplicação do Coeficiente Específico de Prevalência⁴ (tabela 1).

As deficiências visual e auditiva apresentam comportamento similar no que tange aos coeficientes. Em ambas ocorre um expressivo aumento das chances de incidência de casos em todas as faixas etárias entre um censo e outro, bem como o aumento constante conforme os avanços nas idades. Ou seja, para essas duas categorias de deficiência os idosos têm muito mais chances de adquiri-las do que a população jovem. Adicionalmente, em ambas as categorias, nos dois censos, as probabilidades de os idosos apresentarem tais deficiências são 10 vezes maiores do que as das crianças, revelando um expressivo grau de amplitude da prevalência entre os extremos das estruturas etárias.

A deficiência motora mostrou, no período, variações diferenciadas. Na primeira metade da estrutura etária reduzem as probabilidades de sua prevalência, ao passo que nas faixas superiores essas probabilidades crescem. Convém chamar a atenção, porém, para o fato de que, nos dois períodos considerados, os idosos apresentam, em geral, chances 20 vezes maiores do que as crianças e os adolescentes.

⁴ Mede o número de casos por grupos etários quinquenais em cada mil habitantes. Uma vez que o indicador trabalha a relação entre a população de um grupo etário afetada por deficiência severa e a população total do mesmo grupo, eliminam-se, dessa forma, possíveis efeitos das mudanças na pirâmide etária populacional, como é o caso do recente e importante processo de envelhecimento da população brasileira.



TABELA 1 - COEFICIENTE ESPECÍFICO DE PREVALÊNCIA (POR MIL HABITANTES) - REGIÃO SUL - 2000-2010

IDADE	VISUAL		AUDITIVA		MOTORA		MENTAL		MÚLTIPLA	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
0 a 4	0,7	2,3	0,6	1,0	6,5	3,8	5,0	3,0	1,9	1,8
5 a 9	2,4	5,8	1,3	2,1	1,9	1,6	7,5	7,0	2,6	2,7
10 a 14	3,3	8,2	1,7	2,7	2,2	1,5	9,7	9,0	3,1	2,8
15 a 19	3,6	9,6	1,4	2,9	2,8	1,8	9,8	8,7	3,0	3,0
20 a 24	3,8	10,8	1,6	3,1	4,2	2,2	10,7	8,3	3,1	3,1
25 a 29	4,5	12,1	2,0	3,4	5,6	3,0	11,6	8,2	3,3	3,4
30 a 34	5,5	12,9	2,1	4,0	7,0	4,2	12,5	9,4	3,6	3,6
35 a 39	6,1	14,7	2,0	4,9	8,9	6,8	13,2	10,1	4,1	4,4
40 a 44	10,2	20,8	2,9	6,0	11,6	10,0	13,5	11,4	5,7	6,8
45 a 49	19,1	35,8	3,6	6,3	15,4	15,0	13,6	11,7	8,6	10,6
50 a 54	24,2	45,7	4,8	8,1	21,2	22,1	14,8	12,3	12,8	16,6
55 a 59	28,0	50,3	6,7	10,8	28,9	31,1	15,4	11,7	19,0	23,4
60 a 64	30,9	53,2	8,8	14,5	37,8	40,4	15,9	10,7	26,1	30,7
65 a 69	33,1	57,1	11,2	20,2	47,7	53,8	15,8	10,7	34,4	39,9
70 a 74	36,7	60,3	17,4	25,5	60,4	71,9	17,6	11,0	46,1	58,0
75 a 79	43,4	64,7	23,1	35,1	74,8	94,6	18,3	12,9	73,8	87,5
80+	46,4	63,5	37,1	49,7	102,2	125,5	19,4	15,0	140,6	166,6

Fonte: IBGE, Microdados da Amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

No que diz respeito à categoria de deficiência múltipla, os aumentos nos coeficientes de prevalência passam a ser observados a partir dos 40 anos de idade. Também neste caso, o grau de amplitude dos coeficientes entre os extremos etários chega a ser, em média, superior a 20 vezes, alcançando a marca de 46 vezes entre os idosos de mais de 80 anos e as crianças menores de 5 anos.

Já, a deficiência mental apresentou um comportamento com menor variação entre os grupos mais jovens e os mais idosos, ou seja, estes apresentam, em média, apenas 2 vezes mais chances do que aqueles de prevalência dessa deficiência. Além disso, é interessante observar que entre 2000 e 2010 todos os grupos etários reduziram os coeficientes de prevalência, sinalizando uma mudança importante na presença da deficiência mental no sul do Brasil. Uma hipótese explicativa desse comportamento frente às demais deficiências pode estar na possibilidade de resposta dicotômica (sim ou não) ofertada no Censo, que é diferente das demais, em que é solicitada uma autoavaliação. Também pode ser relacionada às menores chances de essa deficiência ser desenvolvida ao longo dos ciclos de vida. Contudo, os determinantes efetivos que conduziram a essa redução de probabilidades, no período, precisam ser aferidos.

É importante frisar que, no caso brasileiro em geral, e no da Região Sul em específico, associam-se cada vez mais dois processos. Há o chamado “fator-idade” (NERI et



al., 2003), que explica probabilidades mais elevadas de prevalência de deficiências severas entre os idosos do que entre os jovens. Tal fenômeno, em conjugação ao acelerado processo de envelhecimento atual da população do País, impõe ao conjunto do Estado e da sociedade desafios crescentes para o atendimento adequado e suficiente dessa parcela da população.

Passando-se às questões de escolaridade, no caso da taxa de analfabetismo das pessoas com deficiência (15 anos e mais de idade), apresentada entre 2000 e 2010, nos três estados da Região Sul, nota-se que, a despeito de alguma melhora nos índices, o quadro permanece crítico em alguns pontos. Especificamente, verifica-se no Paraná uma redução de 33,2% para 25%; no Rio Grande do Sul, de 27,1% para 18,9%; e em Santa Catarina, de 26% para 18,6%. Não obstante, ainda verificam-se índices elevados quando confrontados com os da população em geral: média de 5,1% no Sul e de 9,6% no Brasil. Com efeito, a concentração de pessoas analfabetas nesse grupo da população encontra-se na faixa etária dos idosos (60 anos e mais), com média na região de 53,1%, em 2010.

Quanto ao nível de escolaridade das pessoas de 15 anos e mais de idade, também ocorreu, no período, um crescimento bastante modesto, permanecendo elevados percentuais de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto: 72,4% no estado gaúcho, 72,7% no catarinense e 75,6% no estado paranaense. Consequentemente, como reflexo dessa questão, atualmente menos de 1/4 das pessoas com deficiência severa possui nível de ensino fundamental ou médio, representando uma conjuntura bastante desfavorável e indesejável.

Debruçando-se sobre questões atinentes à população em idade ativa (PIA) entre as pessoas com deficiência severa, constata-se que houve no período aqui em tela um aumento médio de 4,6 p.p. na população economicamente ativa (PEA). Contudo, em 2010, também em média, 63,1% da população era não economicamente ativa (não PEA). Nesse ano, isso representava, em números absolutos, 473.471 pessoas no Rio Grande do Sul, 411.324 no Paraná e 230.219 em Santa Catarina. Este talvez seja o público prioritário das políticas públicas voltadas a esse segmento da população, em virtude da necessidade de atenção e de oferta de atividades, uma vez que essas pessoas, estando ocupadas com algum tipo de atividade, podem proporcionar a suas famílias melhores condições e alternativas de alavancar o padrão de bem-estar.

No tocante à parcela que compõe a PEA, constatou-se uma boa notícia: houve, entre 2000 e 2010, um crescimento na ocupação nos três estados. No último momento censitário



foi registrada no Paraná uma taxa 10,4 p.p. maior daquela encontrada no penúltimo Censo; no Rio Grande do Sul, 9,4 p.p., e em Santa Catarina, 8,6 p.p. Evidentemente, isso resultou em um impacto positivo de redução da taxa de desocupação (número de desempregados) em 2010, estando respectivamente, nos estados citados, em 4,9%, 5,2% e 3,6%.

A média de idade das pessoas com deficiência severa que estavam ocupadas aumentou de um Censo ao outro: no Paraná, de 43 para 47 anos; no Rio Grande do Sul, de 45 para 48; e em Santa Catarina, de 42 para 46. Certamente essas variações associam-se ao envelhecimento das respectivas estruturas etárias populacionais.

Outra característica interessante a se observar relaciona-se à taxa de formalização, que mede a proporção de pessoas com deficiência severa que estavam ocupadas e que contribuíam para algum instituto de previdência oficial. Em todos os estados da Região houve no período uma inversão dessas taxas. Se em 2000 mais da metade das pessoas não estava contribuindo para previdência, em 2010 esse cenário se altera, sendo Santa Catarina o estado onde a mudança ocorreu de forma mais acentuada. Convém mencionar que esse movimento acompanha a tendência de evolução na formalização ocorrida na população em geral.

Em relação à evolução da estrutura da renda do trabalho, o comportamento, no período, nos estados foi bastante similar. Em todos eles houve redução das proporções de pessoas que recebiam menos de um salário mínimo e conseqüente aumento nas demais faixas salariais. A exceção foi o Paraná, em 2010, na faixa de mais de cinco salários mínimos, em que houve uma redução, ainda que mínima. Mesmo assim, nesse estrato a proporção de 2010 continuou sendo a mais elevada, em comparação com os demais estados.

De qualquer forma, em termos relativos, nos três estados a maior parcela da população com deficiência severa recebia entre mais de 1 até 2 salários mínimos. Por outro lado, 20,9% encontravam-se recebendo acima dessa faixa salarial no Paraná, 21,3% no Rio Grande do Sul, e 24,7% em Santa Catarina. Somando-se todas essas faixas maiores do que 1 salário mínimo, nos dois momentos censitários, o estado catarinense apresentou as maiores proporções salariais e, o estado gaúcho, as menores.

É interessante notar que em 2010 permanecia um contingente significativo de pessoas ocupadas com renda do trabalho igual a zero. Enquanto no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina os percentuais decresceram, no Paraná eles aumentaram. Apesar desse movimento, o estado paranaense permaneceu nessa questão com o menor índice entre os



estados da Região Sul. Com isso, o Estado possui uma peculiaridade, presente no comportamento dos extremos de renda captado nos dois censos: se, por um lado, possui os menores percentuais de pessoas com deficiência severa sem renda do trabalho, por outro apresentou as maiores taxas dessas pessoas recebendo mais de cinco salários mínimos.

Na média dos três estados do Sul, tem-se ainda, para esse conjunto de população deficiente sem renda do trabalho, que, em 2000, aproximadamente 87% estava em atividades relacionadas à agricultura e pecuária, ao passo que, em 2010, o percentual havia declinado para em torno de 78%. Além disso, em 2000, 95% das atividades, em média, eram realizadas nas modalidades “ajuda a membro do domicílio” e “produção para consumo próprio”; no ano de 2010, estas mesmas modalidades representavam 91% das posições.

Em resumo, observa-se que entre as pessoas com deficiência severa residentes na Região Sul do Brasil as atividades sem remuneração ocorrem na família, para subsistência e no meio rural.

No que tange aos domicílios em que viviam as pessoas com deficiência severa, distribuídas por faixas de renda domiciliar per capita, houve aumento das proporções para faixas acima de um salário mínimo, em todos os estados. Em Santa Catarina, em 2010, esta era a faixa em que, proporcionalmente, encontrava-se a maior parte dos domicílios. Já no Paraná e no Rio Grande do Sul, a maioria relativa encontrava-se na faixa imediatamente abaixo, isto é, entre meio e um salário mínimo. Passando-se para os domicílios com renda igual a zero, o comportamento de todos os estados, nos dois momentos temporais observados, permaneceu bastante estável, com variação de no máximo 0,5%, estando, contudo, bem perto do que pode ser considerado como residual.

Do mesmo modo que o encontrado na renda do trabalho, somando-se todas as faixas de renda domiciliar per capita acima do salário mínimo, nos Censos de 2000 e 2010, o estado catarinense apresentou as maiores taxas e, desta vez, o estado paranaense apontou as menores.

Assim, com base na renda domiciliar, constatou-se uma redução, em toda a região, de domicílios considerados pobres ou extremamente pobres, segundo as linhas estipuladas pelo Bolsa Família⁵. No período, o Paraná foi o estado que mais avançou nesse ponto. Contudo, Santa Catarina mostrou-se com as maiores taxas de domicílios acima das linhas

⁵ Programa de transferência de renda com condicionalidades às famílias pobres e extremamente pobres, isto é, com renda per capita até R\$ 140 e R\$ 70, respectivamente.



de pobreza, nos dois censos. No conjunto da região, em 2010, 92% dos domicílios não estavam em situação de pobreza, ante 81,4% em 2000.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito esse percurso, o intuito da pesquisa foi apresentar um perfil mínimo das pessoas com deficiência severa no sul do Brasil. Considerando a escassa literatura, no País, acerca da temática em pauta, este estudo teve um caráter eminentemente exploratório. Algumas questões apresentaram-se e permanecem em aberto, pois exigem um maior aprofundamento e detalhamento, configurando um campo de investigação a ser bastante analisado e com uma importante agenda futura, envolvendo questões como: a) Quais os motivos que levaram a um crescimento elevado dessa parcela da população? b) Quais as causas que determinam o acentuado aumento das deficiências auditivas e, principalmente, visuais? E qual o perfil específico (o que fazem e como vivem) das pessoas com estas deficiências? c) O que explica uma contração, em números absolutos, das pessoas com deficiência mental? d) Quais os impactos futuros que podem ser esperados em virtude do aumento contínuo da longevidade da população masculina e feminina?

Como uma constatação importante, tem-se a influência do atributo geracional sobre a dinâmica das tendências nas pessoas com deficiência severa, pois, além da atual participação proporcional das faixas etárias mais idosas neste grupo, existe também a perspectiva de envelhecimento da população como um todo, já em curso no conjunto do País, que certamente fará crescer a necessidade de ampliação ou de melhores condições, no futuro, de acesso a bens e serviços sociais adequados às especificidades dessa parcela da população.

Por fim, não se pode perder de vista aquele contingente de pessoas neste grupo que não são economicamente ativas. Para estas, é necessário um olhar que seja ao mesmo tempo focalizado nas suas demandas próprias, mas também mais amplo, de forma a abranger suas famílias e, quiçá, suas comunidades, buscando-se, assim, alternativas de se ampliar a inclusão e a cidadania.

REFERÊNCIAS



IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com

Deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Famílias e Domicílios, Resultados da Amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (número 22, Paraná).

NERI, Marcelo *et al.* **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2003.